

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reserva de Incentivos fiscais	Reserva Legal	Dividendos a disposição da assembleia	Reservas de Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	2.814.814	32.161	1.693	-	-	2.848.668
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	159.060	159.060
Reserva legal	-	-	7.953	-	(7.953)	-
Reserva de incentivos fiscais	-	19.215	-	-	(19.215)	-
Recomposição da utilização da Reserva de Incentivos Fiscais	-	20.424	-	-	(20.424)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(27.868)	(27.868)
Dividendos à disposição da assembleia	-	-	-	83.600	(83.600)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	2.814.814	71.800	9.646	83.600	83.600	2.979.860
Distribuição de Dividendos	-	-	-	(83.600)	-	(83.600)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	61.396	61.396
Reserva Legal	-	-	3.070	-	(3.070)	-
Reserva de incentivos fiscais	-	3.151	-	-	(3.151)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(13.794)	(13.794)
Dividendos à disposição da assembleia	-	-	-	41.381	(41.381)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.814.814	74.951	12.716	41.381	-	2.943.862

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

1. Contexto operacional: A Mineração Paragominas S.A. (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de Paragominas, Pará e foi constituída em 20 de maio de 2010. A Companhia tem como propósito principal, a mineração no território nacional, incluindo a prospecção, perfuração, procura, produção, operação, beneficiamento, industrialização, importação, exportação e comercialização de bauxita, seus subprodutos e outros minerais e substâncias minerárias em geral. Em 30 de setembro de 2010 o grupo norueguês Norsk Hydro adquiriu ativos relacionados a atividades de bauxita da Vale S.A., controladora da Vale Austria Holdings GmbH, e controladora em última instância da Mineração Paragominas S.A., por meio do pagamento de R\$1.719.374. Em 21 de janeiro de 2011, foi pactuado o primeiro termo aditivo contratual ao Instrumento Particular do Contrato de Transferência de Estabelecimento Empresarial, que por meio deste, a Companhia efetivou um pagamento complementar líquido de R\$59.440. Desembolso este executado em 26 de janeiro de 2011. Os principais processos produtivos são: a mineração, o beneficiamento e o transporte da polpa de bauxita produzida através de 244 km de mineroduto entre sete municípios no estado do Pará. Há também a disposição de rejeitos em diques e toda a infraestrutura necessária ao suporte das operações. Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 10, parte substancial das operações da Companhia são efetuadas com partes relacionadas. As vendas totalizaram 6,2 milhões de toneladas de bauxita em 2018 e 11,4 milhões de toneladas em 2017. Em 01 de março de 2018, a refinaria Alunorte, única cliente da Companhia, reduziu sua produção em 50%, por determinação judicial, até que seja atestada, por parte das autoridades, a segurança de seus depósitos de rejeitos sólidos. Desta forma, a Companhia apresentou uma redução significativa de seus volumes de produção no ano calendário de 2018. Em função deste corte de produção, um montante total de R\$239.331 de custo fixo excedente foi reconhecido diretamente no resultado do exercício.

2. Base de apresentação: **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme práticas adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A diretoria da Companhia autorizou a emissão dessas demonstrações financeiras em 26 de fevereiro de 2019, estando as mesmas sujeitas à aprovação em assembleia de acionistas. A Administração da Companhia, confirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. **2.2. Base da Mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo.

2.3. Conversão da moeda estrangeira: a. Moeda funcional e moeda de apresentação: Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **b. Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa e outros são apresentados na demonstração do resultado, no grupo Resultado Financeiro, como Variações Monetárias e Cambiais Líquidas. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na nota explicativa nº 4.

3. Sumário das Principais Práticas Contábeis: 3.1. Instrumentos financeiros: 3.1.1. Ativos financeiros: Um ativo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. No reconhecimento inicial, ativos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ou deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais ativos, exceto por contas a receber de clientes que não tiverem componente de financiamento significativo. Ativos financeiros são classificados e mensurados com base nas características dos fluxos de caixa contratual e no mo-

delo de negócios para gerir o ativo, conforme segue: • Custo amortizado: ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; • Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros. **Redução ao valor recuperável (Impairment):** Perdas de crédito esperadas, quando aplicáveis, são reconhecidas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A Companhia reconhece perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes por meio da experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras desde que tais dados estejam disponíveis sem custo ou esforços excessivos. A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Companhia não identificou perdas relevantes relacionadas a ativos financeiros. **3.1.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, que são prontamente convertíveis em quantias conhecidas de caixa e sujeitas a um risco insignificante de alteração no valor justo. **3.1.3. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decorrer normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perda esperada. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para perdas, se necessária. **3.1.4. Passivos Financeiros:** Um passivo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. No reconhecimento inicial, passivos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ou deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais passivos, exceto por passivos financeiros mensurados ao valor justo. Passivos financeiros são classificados e mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Quando passivos financeiros mensurados a custo amortizado tem seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período. **3.1.5. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **3.1.6. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos

continua